

A droga no Congresso

A confirmação, pela Polícia Federal, de que é mesmo do deputado Jubes Rabelo a assinatura no verso da carteira falsificada de assessor parlamentar encontrada com seu irmão Abidiel Rabelo, preso com meia tonelada de cocaína em São Paulo, coloca a Câmara Federal na obrigação de tomar medidas drásticas e urgentes contra o parlamentar. Mais do que isso, é preciso que ela vá às últimas consequências na apuração das denúncias de envolvimento com o narcotráfico feitas pela deputada Raquel Cândido contra três colegas seus da bancada de Rondônia.

Com relação a um desses, Jubes Rabelo, a situação parece clara. Embora, como é natural, ele continue negando seu envolvimento com as atividades criminosas de seus dois irmãos presos em São Paulo, as provas até agora levantadas são muito fortes. Além de ter participado da falsificação da carteira de assessor parlamentar de Abidiel, que possibilitava seu livre trânsito pelo Legislativo e facilitava sua atividade como traficante, o deputado, segundo se apurou, é sócio de seus irmãos em empresas que, ao que tudo indica, serviam apenas de fachada para "lavar" o dinheiro do tráfico de drogas.

É importante ir até o fim neste caso e cassar o mandato de Jubes Rabelo, para salvar a honra da instituição e cortar o mal pela raiz, enquanto ainda é tempo. Mas isto só não basta. O que a opinião pública exige é que toda a trama denunciada pela deputada Raquel Cândido seja investigada. Nesse sentido, é correta a posição do deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga o narcotráfico. Ele quer que a Receita Federal e a Polícia Federal façam uma devassa nas grandes fortunas recentes de Rondônia para tentar chegar aos cabeças do narcotráfico. E

também que deponham na CPI os parlamentares sobre os quais se levantaram suspeitas de ligações com essa atividade criminosa, entre eles Jubes Rabelo, Nobel Moura e Maurício Calixto, que já foi acusado de ser o mandante do assassinio do ex-senador Olavo Pires, todos de Rondônia.

Não se pode mais negar que os grandes "baixões" do tráfico internacional de drogas, presionados na Colômbia, não apenas estão transferindo parte de suas atividades para o Brasil como também conseguiram cúmplices dentro do próprio Congresso Nacional. Ora, desde que o crime organizado existe — e o exemplo secular da Máfia é a melhor demonstração disso —, todos sabem que ele só se mantém e prospera na medida em que consegue estender sua rede de cumplicidades e corrupção a órgãos do Estado como a polícia e a instituições como o Legislativo e até mesmo o Judiciário. Em maior ou menor grau, foi e tem sido assim na Itália, nos Estados Unidos, na Colômbia e na Bolívia, para citar apenas os casos mais conhecidos. O caso do "jogo do bicho" mostra que este fenômeno já existe entre nós há muito tempo, no Rio de Janeiro e em vários outros Estados, como é público e notório.

Se não queremos que o fenômeno se repita aqui com o narcotráfico — mil vezes mais rico e poderoso que o "jogo do bicho" — é preciso agir rapidamente, antes que ele atinja as instituições em larga escala. Não há mais dúvida que existe uma verdadeira conexão da droga em Rondônia, com fortes cumplicidades no Congresso. Por isso, a Câmara terá de atuar com muito mais energia e firmeza do que até agora vem fazendo, para não correr o risco de se desmoralizar completamente e abrir o caminho para que se repita aqui o drama da Colômbia.